

Emanuel tira férias para articular candidatura ao governo do Estado

Gilberto Leite

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), se licencia do cargo no próximo dia 15 para articular sua pré-candidatura ao Governo do Estado. Pelo período de 14 dias, ele se reunirá com lideranças políticas e comunitárias, além de sindicatos e demais organizações, para apresentar seu nome em substituição ao senador Wellington Fagundes (PL), que confirmou não desejar concorrer a governador do Estado. Emanuel fez seu anúncio durante a live semanal, realizada na noite de terça-feira, 8 de março. Emanuel explicou que está colocando seu nome à disposição após o senador Wellington Fagundes (PL) ser taxativo que não quer disputar o cargo de governador nas eleições deste ano

PÁG. 5



Efeito da guerra já é sentido nas bombas

Apesar do aumento de mais de 50% no preço do barril do petróleo nas últimas semanas, a Petrobras ainda não anunciou reajustes da gasolina e diesel, mas isso não significa que o preço da gasolina 'estagnou'. Os motoristas já veem os preços subirem nos postos de Cuiabá e Várzea Grande, saindo de R\$ 6,09 para R\$ 6,39 pelo litro da gasolina - alta de 4,9% - em apenas uma semana, como resultado da valorização do petróleo. Economista ouvido pelo Estadão aponta a possibilidade de aumentos ainda maiores com a continuidade da guerra na Ucrânia

PÁG. 7

Revoltados com abandono, prefeitos do Nortão querem assumir a BR-163

A indefinição com o futuro da concessão da BR-163 e a frustração com a falta de investimentos por parte da concessionária Rota do Oeste motivaram os prefeitos da Região Norte de Mato Grosso a querer assumir a concessão. Os gestores trabalham em conjunto para apresentar uma proposta ao governador Mauro

Mendes (União Brasil) e, posteriormente, ao governo federal, prevendo a transferência da responsabilidade da manutenção e duplicação da rodovia. Também é cogitado acionar a Justiça para destinar os recursos provenientes da cobrança de pedágio para o consórcio realizar a manutenção

PÁG. 8

PGE aponta prejuízo de R\$ 5,7 bilhões

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) entrou com um pedido de suspensão de cerca de 80 liminares que proíbem a cobrança do Diferencial de Alíquota, o Difal do ICMS, que pode causar prejuízos milionários tanto aos cofres estaduais quanto aos comerciantes de Mato Grosso. De acordo com

as estimativas da Sefaz, a manutenção das liminares significa que os produtos comprados em outros estados ficariam mais competitivos em relação aos vendidos em Mato Grosso, acarretando em uma redução do faturamento do comércio de R\$ 5,7 bilhões

PÁG. 5

AL obriga Furnas a 'repeixar' o Manso

Os deputados estaduais aprovaram em segunda votação, o projeto de lei que cria o programa de peixamento da Usina Hidrelétrica do Manso. O texto aprovado foi um substitutivo integral elaborado por lideranças partidárias, alterando alguns termos da redação proposta pelo deputado Elizeu Nascimento (PL). O texto foi construído em acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e prevê a reinserção de espécies nativas, para combater os constantes ataques de piranhas no Manso

PÁG. 4

Mato Grosso pode perder até R\$ 615 mi

A mudança na cobrança do ICMS sobre os combustíveis para o regime de alíquota única e fixa por litro pode resultar em perda de arrecadação para 20 Estados, segundo estudo elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), ao qual o Estado de Mato Grosso teve acesso. Em meio aos Estados prejudicados, Mato Grosso pode perder até R\$ 615 milhões com a mudança no sistema tributário

PÁG. 6

ICMS único de combustíveis é aprovado

A lei aprovada pelo Congresso Nacional para conter ou reduzir os preços dos combustíveis - que prevê um valor fixo de ICMS por litro em todo o país, a redução de impostos federais e a criação de um fundo de estabilização dos preços - pode não alcançar o seu objetivo. O alerta é do economista Vivaldo Lopes, que reafirma a necessidade de modificar a política de preços da Petrobras

PÁG. 6

Votação sobre mudanças no ICMS é adiada para dezembro

A votação do projeto de lei que altera os critérios de distribuição do ICMS no Estado foi adiada para novembro, após as eleições. A decisão pelo adiamento foi tomada na manhã de terça-feira (8), durante reunião no Palácio Paiaguás.

Os parlamentares argumentaram que há muita pressão por parte dos prefeitos. O adiamento também é uma forma de evitar o debate sobre esse tema em período eleitoral

PÁG. 4



EDITORIAL

Combustível eleitoreiro

O mega-aumento repentino nos preços da gasolina e do diesel criou a desculpa perfeita para os políticos que estão ávidos, há tempos, para criar medidas populistas de redução dos preços dos combustíveis. Movidos pelo desespero de ver novamente o preço dos combustíveis subir e a situação econômica se agravar em pleno ano eleitoral, os congressistas correram para aprovar um grupo de projetos de lei que altera o cálculo dos impostos e cria um fundo para estabilização dos preços. Acontece que essas medidas são puramente eleitoreiras,

com efeitos apenas para dar algum sinal aos cidadãos de que algo está sendo feito. Na prática, dificilmente causarão qualquer mudança nos preços e é possível que o 'tiro saia pela culatra'.

A demonstração de eficácia limitada dessas medidas já foi feita em Mato Grosso, quando houve a redução na alíquota de ICMS sobre a gasolina e o diesel. Antes mesmo que o novo preço fosse repassado ao consumidor, a Petrobras anunciou nova alta ainda em janeiro, desfazendo o impacto da redução de imposto.

Mas não é só por isso que a proposta de uma alíquota única sobre os combustíveis está fadada ao fracasso. O valor dessa alíquota teria que ser definido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, onde cada um dos 27 estados tem direito a voto. Ora, dificilmente os estados aprovariam uma alíquota única que resultasse em perdas para eles. Ou seja: a tendência é que busquem um valor de ICMS que não cause prejuízo à arrecadação. Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), esse patamar de arrecadação resultaria em uma cobrança adicional de R\$ 17,572 bilhões em ICMS. Ou seja: um peso ainda maior para os consumidores.

Até o momento, pouco fizeram os congressistas para atacar o verdadeiro problema: a nefasta política de preços da Petrobras, que desconsidera os custos de produção e atrela o valor dos combustíveis no Brasil à cotação do petróleo no mercado internacional e à variação do dólar frente ao real. Isso coloca toda a economia nacional à mercê dos humores do mercado e dos especuladores internacionais. O resultado é esse que vemos hoje, com a gasolina sendo comercializada a R\$ 7 o litro e a Petrobras lucrando bilhões sem ter qualquer aumento em seus custos de produção. Em 2021, a estatal teve lucro de R\$ 106,6 bilhões, às custas do trabalhador brasileiro.

Compras públicas

Daniel Gomes Soares (*)

Recentemente foi publicada a nova lei de licitações públicas e contratos administrativos (Lei federal nº 14.133/2021), com a previsão legal de diversos instrumentos que, na prática, já eram utilizados por alguns órgãos e entes federais e validados pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Destaca-se como diretriz para a novidade legislativa os aspectos relacionados ao aperfeiçoamento da governança pública, com ênfase no planejamento contratações, gestão de riscos e integridade nas aquisições públicas (temas que demandam artigo individualizado próprio para explanação do respectivo impacto prático pelo viés do ente público e da empresa que transaciona com o Poder Público).

Na fase preparatória do certame, passa a ser obrigatória a apresentação pelo ente público de estudo técnico preliminar para legitimar o procedimento, com a demonstração do problema e a melhor solução para sua superação, documento este que servirá de base para a edição do anteprojeto, projeto básico e termo de referência, a depender do regime de execução a ser implantado.

Na fase final dos atos preparatórios ao lançamento de edital, deve ser expedido parecer conclusivo por órgão de assessoramento jurídico da Administração, ato que prima pela verificação

da estrita legalidade do certame, contemplando acurada avaliação de todos os atos administrativos praticados até então.

Outrossim, para adequada condução do procedimento licitatório, mostra-se prudente que haja regulamentação própria pelo ente, conforme suas peculiaridades estruturais, inclusive com a previsão de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções de pregoeiro, agente de contratação e comissão de contratação.

Nas contratações de grande valor, pode ser utilizada nova modalidade licitatória, chamada de diálogo competitivo, oriunda do direito internacional, que serve para busca de solução para aquisições complexas voltadas à inovação, que demanda expertise redobrada para encontrar a modelagem adequada para fazer frente à necessidade pública no caso concreto.

Ademais, em tais contratações de grande vulto, as empresas participantes devem ter obrigatoriamente plano de integridade próprio, que iniba qualquer forma de corrupção e facilite a apuração no caso de práticas infracionais/ilegais pelos agentes públicos ou privados envolvidos na licitação.

Por isso, compete aos órgãos públicos estabelecer critérios normativos para avaliação dos programas de integridade válidos para legitimar as empresas concorrentes em licitações de sua alçada.

Frise-se: estas e outras inovações normativas contempladas na Lei Federal nº 14.133/2021 agora foram impostas a todos os entes federativos, inclusive aos Municípios.

De acordo com o IBGE, o país conta com 5.568 Municípios, o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha. A multiplicidade de entes de natureza municipal espalhados pelo Brasil garante também uma diversidade estrutural e financeira das respectivas administrações.

Portanto, com fundamento na ampliação da transparência, eficiência e competitividade, os novos mandamentos licitatórios impuseram forte desafio aos Municípios, cuja realidade no que toca a recursos públicos e quadro de servidores públicos destoa completamente do cenário federal (ministérios, secretarias, milhares de servidores efetivos e comissionados, forte arrecadação tributária, etc.)

É bem verdade que a integralidade dos novos comandos legais somente será obrigatória a partir de 01 de abril de 2023. Para os Municípios com menos de menores de 20.000 (vinte mil) habitantes (realidade de 104 dos 141 Municípios mato-grossenses), as obrigações de segregação das funções de licitar e fiscalizar, de promover licitações exclusivamente eletrônicas e a integração ao Portal Nacional de Contratações Públicas somente se concretizará em 01 de abril de 2027.

Contudo, o tempo remanescente deve ser utilizado para o aprimoramento administrativo para fazer frente às novas demandas legais, acima citadas.

O ideal seria que as administrações municipais pudessem se organizar para formar procuradorias integradas por servidores efetivos, concursados para cargo próprio.

Porém, quando isso não for possível diante da peculiaridade estrutural, os Municípios podem contratar escritórios de advocacia com expertise na área, mesmo sem licitação, conforme entendimento já validado e recentemente reafirmado pelo Superior Tribunal de Justiça, já na vigência da nova lei de licitações ora abordada.

Portanto, os gestores municipais não podem perder tempo para a qualificação da administração local quanto ao novo regime jurídico de contratação pública no Brasil, sob pena de assumir o risco de praticar atos em desconformidade com a legislação vigente, situação que pode ensejar severa punição administrativa, cível, eleitoral e até criminal.

DANIEL GOMES SOARES DE SOUSA é procurador do Estado de Mato Grosso e advogado.



O Brasil precisa de pesquisa

Caiubi Kuhn (*)

O fomento de pesquisas capazes de produzir novas tecnologias e inovações, são fundamentais para o desenvolvimento de setores econômicos e para assegurar o bom uso de recursos e a competitividade das empresas que atuam no Brasil. Algumas legislações setoriais contribuem para que existam percentuais mínimos de investimentos em setores estratégicos, como por exemplo o programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que é regido pela Lei nº 9.991/2000, e a política de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) ligada Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, estabelecida pela Lei nº 9.478/1997. Porém o setor mineral, apesar de ter características similares aos dois setores citados, ainda não possui uma exigência de investimentos mínimos em PD&I.

A mineração nas últimas décadas sempre teve uma contribuição representativa ao Produto Interno Bruto (PIB). Em 2008 chegou a representar 4,2% do total, sendo

esse o maior percentual, enquanto a menor participação ocorreu em 2019, em que o setor representou cerca de 1,9% do PIB. No ano de 2021, o faturamento do setor foi de R\$ 339 bilhões, além disso, o setor foi um dos grandes responsáveis pelo saldo comercial da balança brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o saldo das exportações foi de US\$ 49 bilhões. Apesar de toda essa pungência e importância, os investimentos em PD&I das empresas, estão abaixo do praticado em outros países.

Mas por que investir em PD&I é tão importante? A resposta para essa pergunta se baseia em dois pilares distintos.

O primeiro deles é que tecnologia e inovação possuem seu valor financeiro e comercial. Pesquisa e patentes desenvolvidas pelas empresas e instituições de pesquisa, podem representar ganhos em termos econômicos, sejam eles relacionados ao aumento de produtividade ou mesmo venda de tecnologias para outros países. Em outros setores como do petróleo e gás, por exemplo, o Brasil foi o país que se tornou pioneiro na exploração de petróleo em águas profundas

e na exploração do pré-sal. A tecnologia usada neste processo foi tupiniquim, Made in Brazil, e com certeza usou recursos da política destinada ao PD&I do setor.

O segundo fator, está relacionado ao fato de os recursos minerais serem limitados e não renováveis. Ou seja, podemos explorar esses recursos apenas uma vez. Por isso é fundamental, que a exploração mineral ocorra de forma que maximize ao máximo o potencial de cada jazida. O desenvolvimento de PD&I é o melhor caminho para aprimoramento constante das técnicas e tecnologias utilizadas. Além disso, as pesquisas e inovações também transformam a mineração em uma atividade mais segura, e reduzem o impacto no meio ambiente.

Desde o ano de 2019 tramita no congresso nacional, o projeto de lei (PL) 5043/2019, que propõe a criação de uma Política Nacional de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação dos Recursos Minerais. A aprovação desta PL deveria ser uma prioridade tanto do governo como de setores da sociedade civil. A mineração é fundamental para o país, não temos como

construir casas, ruas, infraestruturas públicas sem ela. Também precisamos da mineração para produção de equipamentos eletrônicos, carros entre muitos outros bens de consumo. Até a agricultura ou a indústria farmacêutica utilizam os recursos minerais.

Os recursos minerais brasileiros precisam ser utilizados da melhor forma possível. Para que isso ocorra uma política de PD&I é fundamental. O Brasil precisa ser uma potência na criação de conhecimento e tecnologias também. Esse é o melhor caminho para um desenvolvimento sustentável, com o uso responsável dos recursos, que se formaram no território nacional, durante toda a história geológica da Terra.

CAIUBI KUHN, Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT), Conselheiro Titular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-MT).



Autoconhecimento

Francisney Liberato (*)

É indispensável que você se conheça muito bem para tomar decisões e controlar melhor a sua vida, e, conseqüentemente, ter ótimos resultados.

Raciocine comigo: você consegue opinar, dar dicas, tirar conclusões de algo que você não conhece? Pode ser que alguns até consigam, mas garantindo que a forma mais completa e assertiva é usando o autoconhecimento.

Normalmente, nós aprendemos algo aplicando, testando, para só então dizer

que temos informações possíveis para implementá-las e ter sucesso.

Não há autocontrole sem que haja autoconhecimento.

O autoconhecimento, autopercepção, conhecimento do "eu", ou autoconsciência, são palavras sinônimas, que nada mais são do que conhecer bem a si mesmo; para isso, temos que investigar tudo o que nos compõe.

Por intermédio do autoconhecimento, nós podemos saber verdadeiramente quem somos, podemos entender os nossos pontos fortes, os pontos fracos, as

nossas perspectivas, angústias, sonhos e limitações. Por outro lado, não ter contato com o seu autoconhecimento pode ser desastroso para sua vida.

Seguem algumas dicas para a implementação do autoconhecimento: converse com o seu cérebro, questione tudo o que acontece em sua vida, aprenda a dizer não, saiba lidar com os "nãos" que recebe, dê um choque na sua zona de conforto, aprenda mais, explore outros aspectos da sua vida, sonhe mais, projete novos objetivos, não deixe a vida te levar, conduza a sua vida da melhor forma possível, mude sempre! É necessário e deve ser um padrão em nossa vida: reflita sobre você mesmo, medite e tire tempo para reflexão, troque ideias com bons amigos, procure um profissional, um psicólogo ou coach, escreva sobre a sua vida e sobre quem você é, exercite a gratidão e o amor.

O autoconhecimento é um dos pilares da inteligência emocional. Julgo que seja o alicerce principal da gestão da emoção. Como já dito, sem o autoconhecimento não tem como controlarmos a nossa vida.

O autoconhecimento emocional, segundo Daniel Goleman, é aquela capacidade que temos de reconhecer as nossas emoções e os nossos sentimentos. Pessoas que conhecem a sua vida emocional têm a propensão de serem ótimos condutores da sua existência.

Normalmente, no mundo em que estamos vivendo, as pessoas têm mais facilidade de conhecerem o outro do que encarar a sua realidade, os labirintos da sua alma e da sua vida.

O filósofo grego Sócrates (479-399 a.C.) cunhou a frase: "Conhece-te a ti mesmo",

visto que é indispensável ter essa habilidade na vida. Corroborando com essa ideia, no livro "A arte da guerra", escrito por Sun Tzu no século IV a.C., um dos mais sábios e importantes textos de estratégia militar, afirma-se: "Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas".

Quer ter autoconhecimento? Quer ter autocontrole? As ideias estão descritas neste texto, por isso, procure aplicá-las a cada dia em sua vida. Tenha o autoconhecimento para ser uma pessoa completa.

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.I. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade – ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos – Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado" e "Liderança". www.francisney.com.br



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

EXPANSÃO AGRÍCOLA

Escolhido para relatar o projeto, Neri Geller aponta ganhos para o agronegócio, devido à redução da área destinada a reserva legal

PL quer tirar MT da Amazônia Legal

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei, de autoria do deputado federal Juarez Costa (MDB), que propõe a exclusão de Mato Grosso da área de Amazônia Legal. O deputado Neri Geller (PP) foi escolhido como relator da proposta nesta quarta-feira, 9 de março, e já deu sinais de que é favorável à aprovação da medida.

Ao defender a ideia, Geller comentou que o projeto possibilitará que Mato Grosso expanda sua fronteira agrícola para atender a demanda nacional e internacio-

nal por alimentos. Ele disse que pretende realizar audiências públicas, com a participação de representantes dos municípios mato-grossenses que compõem a Amazônia Legal, para embasar o relatório sobre o projeto.

"Vamos realizar, pela Câmara dos Deputados, audiências públicas em Mato Grosso, nas cidades que hoje pertencem à Amazônia Legal e conversar com entidades ambientalistas, indígenas, produtores rurais e todos os segmentos político-administrativos locais. Trata-se de uma matéria importante, que vai ter impacto direto na vida destas pessoas e é preciso respeitar o espaço e a opinião de cada um. Através do diálogo, podemos encontrar soluções que levem em conta as demandas de todos", disse.

Na justificativa da proposta, o deputado Juarez Costa cita que a Lei



Autor do projeto, Juarez Costa justifica que lei ambiental cria enorme déficit de reserva legal em Mato Grosso

nº 12.651/2012 estabelece que os imóveis rurais no bioma Amazônia devem preservar cerca de 80% de sua área e que, por causa disso, as pro-

priedades rurais de Mato Grosso apresentam o maior déficit de reserva legal no país.

"Estudo publicado cinco anos após a apro-

vação da Lei 12.651/2012 concluiu que as propriedades rurais na região Centro-Oeste respondem por cerca de 40% do total de déficit de re-

serva legal (ou seja, propriedades com reserva legal inferior à exigida por lei)", diz trecho da propositura.

A proposta ainda cita que o Brasil tem pouco mais de 11 milhões de hectares de déficit de reserva legal, dos quais 21,7% estão em Mato Grosso. O deputado comenta que o custo para recuperação das reservas legais ou para compensação dessa área seria muito grande "e injustificável para uma das regiões agrícolas mais importantes do país".

"Retirar o estado da Amazônia Legal reduziria essa exigência ao piso de 20%, poupando os produtores mato-grossenses das despesas necessárias à manutenção de até 80% de terras sem uso agropecuário. Importante ressaltar e frisar que o estado de Mato Grosso é o maior produtor agrícola do país", diz trecho da justificativa.

Wilson Santos debocha: 'vamos trazer o Havaí para MT'

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB), membro da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, criticou a proposta que tramita na Câmara dos Deputados que retira Mato Grosso da Amazônia Legal para possibilitar a expansão da fronteira agrícola. Com

tom irônico, o tucano questionou como vai acontecer o processo de retirada do bioma no Estado.

"Eu já vi vários mágicos, o mais famoso deles Uri Geller [ilusionista], mas eu acho que nem o Uri Geller consegue isso. Como é que se consegue tirar um bioma de um

lado e deslocar para outro? Então vamos trazer o Havaí aqui para Mato Grosso, vamos trazer o oceano atlântico para cá. Vamos trazer as praias de Bali e de Ibiza. Vamos fazer, porque é tão fácil é só fazer um projeto de lei que você consegue mudar um bioma", disse o parlamentar.

O relator da proposta, deputado federal Neri Geller (PP), destacou que o principal objetivo do PL é atender à crescente demanda de alimentos no Brasil e no mundo. Na visão de Wilson Santos, a retirada do bioma de Mato Grosso é improvável e poderá causar impactos negativos ao estado.

"Jesus Cristo disse se tiver fé você move até montanhas, mas nos tempos atuais talvez só o deputado Juarez tenha tanta fé para mudar um bioma inteirinho de um estado como Mato Grosso, tirando Amazônia daqui", ironizou.

O deputado disse que a Comissão de Meio

Ambiente da Assembleia Legislativa aprovou um requerimento oral para que o autor e relator da proposta, deputados federais Juarez Costa (MDB) e Neri Geller, sejam convidados para participarem de um encontro para que esclareçam o objetivo do projeto.

COMBUSTÍVEL NAS ALTURAS

Mauro propõe congelar imposto por mais um ano

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) defendeu que seja prorrogado até março de 2023 o con-

gelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis. De acordo com o governador, a ideia foi

apresentada aos demais chefes de estados que chegaram a um consenso de prolongar a decisão até dezembro deste ano.

A medida é para evitar que os sucessivos aumentos de preço dos combustíveis impactem o bolso da população. Em outubro, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou o congelamento do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final, usado como base de cálculo de cobrança do ICMS dos combustíveis, por 90 dias. Em janeiro, esse prazo foi estendido até março.

"Eu disse que nós governadores temos que dar o que estamos dando, porque está congelado. Porque não importa onde o preço está indo, porque está congelado desde novembro o valor que se cobra de ICMS. E eu propus que isso pode continuar por

mais um ano, até março. Aí alguns ranhetam daqui e dali e fechamos um acordo de que poderia chegar até dezembro", explicou em entrevista na sexta-feira (11).

Na quinta-feira (10), a Petrobras anunciou reajuste nos preços de venda de gasolina e diesel para as distribuidoras. O preço médio de venda da gasolina da Petrobras para as distribuidoras passará de R\$ 3,25 para R\$ 3,86 por litro, do diesel de R\$ 3,61 para R\$ 4,51 por litro e do GLP passará de R\$ 3,86 para R\$ 4,48 por kg.

"Está congelado o ICMS desde novembro, hoje a Petrobras fez um aumento gigantesco. Gente, isso vai chegar no preço da carne, do arroz, do feijão,

do óleo, da roupa, do transporte coletivo. Vai explodir a inflação, que está ajudando, matando o povo brasileiro, principalmente os mais pobres. Então, a Petrobras também tinha que dar uma contribuição segurando um pouco", comentou.

Levantamento realizado pelo Estadão Mato Grosso aponta que os preços usados para cálculo do imposto estadual se mostram ligeiramente inferiores aos praticados no mercado atualmente, exceto no caso da gasolina aditivada. A diferença já era significativa antes mesmo de a Petrobras anunciar o 'mega-aumento' que elevou os preços da gasolina em 18,8% e do diesel em 24,9%.

'JÁ TÁ FECHADO'

Maggi: candidatura de Neri não depende de Mauro

Da redação

O ex-ministro da Agricultura e ex-governador Blairo Maggi afirmou que a candidatura do deputado federal Neri Geller (PP) ao Senado Federal independe do apoio do governador Mauro Mendes (União).

Maggi comentou que Geller trabalha no projeto há anos e conta com o apoio de seu grupo polí-

tico. Com essa construção, ele acredita que não tem mais alternativas nesse momento para fazer mudanças.

O ex-ministro comentou que o apoio de Mendes seria importante, pois, segundo ele, é difícil o candidato vencer uma eleição na maioria sem apoio de um grupo.

"A candidatura do Neri nunca ficou dependente do apoio do go-

vernador, óbvio que se tiver sempre é melhor. Uma eleição majoritária se ganha com grupo. Individualmente é muito difícil você fazer esse enfrentamento. Então, se nós tivermos o apoio do governador, ótimo. Se não tiver, vamos em frente também", destacou, em entrevista à imprensa no saguão do Palácio Paiaguás.

Apesar de estar fora do cenário político há

alguns anos, Maggi disse que comenta sobre o assunto quando é procurado.

"Na verdade, a gente está muito distante da realidade, a gente sabe como é que é a política, é um momento de muita especulação. Todas as opiniões valem. Se escreve um artigo, faz uma tese, mas o fato é que a candidatura do Neri está colocada e vai seguir com ela. Ele não tem

mais alternativas nesse momento de fazer mudanças, e não tem o porquê fazer", ressaltou.

ORIENTAÇÃO - Maggi comentou que o governador tem feito uma boa administração no Estado e que tem liberdade para decidir se irá se candidatar à reeleição. No entanto, ele disse ser contra a reeleição e afirmou que se Mauro desistir do projeto, terá o seu apoio.

"Nos primeiros anos é um desafio, você não conhece bem a estrutura, você desafia aquilo no dia a dia. No segundo mandato fica tudo meio cinza, você conhece seus limites, já tem mais dois anos na frente, tem que começar a desacelerar para começar a entregar, porque as regras de entregar um governo requerem muito cuidado. Eu, particularmente, não disputaria", falou.

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

Após intensa pressão de prefeitos, deputados adiam votação; governo deve editar decreto em agosto para regular efeitos da Emenda nº 108

Mudança no ICMS fica para dezembro

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou, Pediu, Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A votação do projeto de lei que altera os critérios de distribuição do ICMS no Estado foi adiada para novembro, após as eleições. A decisão pelo adiamento foi tomada na manhã de terça-feira (8), durante reunião do governador Mauro Mendes (União) com os deputados da base, no Palácio Paiaguás.

De acordo com o deputado Santos (PSDB), vice-líder do Executivo na Assembleia, os parlamentares argumentaram que há muita pressão por parte dos prefeitos, que

alegam perda de receita com a aprovação da matéria. O adiamento da matéria atende também uma reivindicação dos deputados, que querem evitar o debate sobre esse tema em período eleitoral.

Wilson comentou que o governo deve publicar um decreto em agosto para adequar as medidas que estão estabelecidas na Emenda Constitucional nº 108, aprovada em 2020, que determina que 10% do repasse de ICMS seja feito com base em critérios de melhoria da Educação Pública.

“Como não há consenso, os deputados fizeram um apelo e o governador Mauro Mendes atendeu. Então essa matéria receberá um decreto em agosto, apenas para regulamentação, para cumprir tabela, e ficará sua discussão e votação a partir de novembro deste ano”, disse o deputado após a reunião.

O projeto do governo de Mato Grosso era mais amplo e criava critérios de repasse conforme o desempenho dos municípios na Saúde Pública, preservação ambiental e outros fatores.

Na avaliação de Wilson, a polêmica gerada após o início das discussões da matéria está encerrada. Ele aponta ainda um ganho para o debate, pois haverá mais tempo para apresentar sugestões, emendas e realizar audiências públicas para ter um projeto de consenso entre o Executivo e os prefeitos.

“Primeiro tem que entender que isto não é criação, não é obra do governador, não é obra dos deputados, é a emenda 108 da Constituição Federal da República. Essa emenda é de 2020, ela determina mais recursos do ICMS para Educação. Esse é o tema central desta discussão”, explicou Wilson.



Wilson avalia que adiamento da votação irá enriquecer o debate, pois dá mais tempo para audiências públicas e modificar o texto

O primeiro-secretário da Assembleia, Max Russi (PSB), disse que a proposta não será votada às pressas e que os deputados têm até dezembro para realizar

mudanças no texto do governo. Ele também garantiu que todas as etapas de tramitação do projeto serão cumpridas.

“A gente tem que fazer o debate de forma trans-

parente. Lógico que vai ter perda, alguns municípios vão perder. O que foi aprovado, foi aprovado em Brasília. Aqui temos que cumprir o que foi aprovado lá”, comentou.

‘BBB DA SEGURANÇA’

O deputado João Batista quer impedir câmeras para policiais

Da redação

Após ‘tomar tinta’ na Comissão de Segurança Pública, o deputado estadual João Batista (PROS) afirma que irá agir para impedir a aprovação do projeto de lei que obriga a instalação de câmeras no fardamento e nas viaturas das forças policiais de Mato Grosso. Em conversa com jornalistas na quarta-feira (9), Batista disse não saber como o projeto passou pela Comissão, onde foi aprovado por unanimidade.

“Houve uma falha e assumo aqui, da própria Comissão de Segurança Pública. Até agora a gente não entende como esse projeto passou por mim e pelo deputado Elizeu Nascimento, mas estamos tentando recuperar”, disse Batista, que é presidente da Comissão de Segurança Pública e votou a favor do projeto de lei

durante sua análise, em 14 de setembro de 2021.

Para travar a votação do projeto, o deputado pretende apresentar um substitutivo integral ao texto elaborado por Wilson Santos (PSDB). Segundo antecipado pelo parlamentar, o novo texto deve excluir alguns grupos das forças policiais da obrigatoriedade do uso de câmeras.

Batista disse ter uma grande preocupação com esse projeto, pois acredita que irá dificultar o trabalho dos policiais. Ele considera que os policiais vão se sentir inibidos de entrar em confronto com bandidos se estiverem sendo filmados.

“O cidadão de mal tem que cair na mão da polícia e ir para as estatísticas mesmo. Quem enfrenta a polícia tem que ir para as estatísticas. O que não podemos é impedir a ação policial, porque quando

o policial entra em confronto com o bandido e ele tomba, é porque ele foi defender o cidadão de bem”, disse.

Questionado sobre a redução da letalidade policial João Batista afirmou que a medida está beneficiando a bandagem e que não há dados que comprovem a redução dos índices de criminalidade nesses estados.

“Sucesso entre aspas. É sucesso total para o criminoso. Porque reduziu o número de criminosos que foram mortos, mas o que eles estavam fazendo em confronto com a polícia? E outra: reduziu os índices de criminalidade? Até agora o Fórum Brasileiro de Segurança Pública não apresentou nenhum relatório que comprove que reduziu latrocínio, homicídio e tráfico de drogas em função da utilização dessas câmeras”, afirmou.

CONTRARIADO

Russi avalia deixar o PSB em caso de federação com o PT

Da redação

O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, Max Russi, afirmou que poderá sair do PSB caso se concretize a federação entre seu partido e o PT. Essa possibilidade foi reforçada com o anúncio da filiação do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, ao PSB na última segunda-feira (7), para sair como vice na chapa de Lula.

Russi disse que o anúncio da chegada de Alckmin foi uma surpresa e que os filiados do partido acreditam que a presença do ex-governador qualifica mais o debate. A filiação, de fato, ainda não aconteceu, foi apenas anunciada.

“Ganha muito o partido. É um ex-governador de quatro mandatos, é um cara muito ínte-

gro, sério, é uma pessoa que realmente qualifica muito o debate. Eu acho que será uma grande filiação. [...] Agora, vou definir com meu grupo político”, disse Russi, que revelou estar recebendo convites de vários partidos.

O deputado não descartou permanecer no PSB, mas isso depende da federação entre os partidos, pois avalia que essa união atrapalhará seus planos políticos. Caso a federação se concretize, PSB e PT precisarão estar ‘casados’ por no mínimo quatro anos, inclusive atuando como único partido nas eleições municipais, em 2024.

“Eu recebi vários convites para mim e para o grupo. É sempre bom receber convite, assim como nós temos convidado várias pessoas para adentrar no PSB”, afir-

mou. “Eu continuo acreditando que não vai ter federação”, completou.

Presidente do PSB em Mato Grosso, Max Russi é um dos poucos líderes da sigla que se opõem à federação e foi voto vencido em uma reunião realizada em Brasília para debater essa possibilidade. Enquanto nada é definido, ele continua seu trabalho de fortalecimento da sigla em Mato Grosso.

“Estou fazendo a construção dentro do PSB, filiação de candidatos, eu preciso ver se essa filiação do Alckmin vai mudar alguma coisa em termos de construção nacional. A princípio a minha permanência é no PSB para construir um partido que eu venho trabalhando há mais de quatro anos e tem crescido muito em MT”, destaca.

ATAQUES DE PIRANHAS

Furnas terá que ‘repeixar’ o Manso

Da redação

Os deputados estaduais aprovaram na quarta-feira (9), em segunda votação, o projeto de lei que cria o programa de peixamento da Usina Hidrelétrica do Manso. O texto aprovado foi um substitutivo integral elaborado por lideranças partidárias, alterando alguns termos da redação proposta pelo deputado Elizeu Nascimento (PL).

A votação ocorreu em regime de urgência urgentíssima. Dos parlamentares presentes, apenas Wilson Santos (PSDB) se absteve e os demais votaram pela aprovação da medida. Agora, o projeto segue para sanção do governador Mauro Mendes (União).

A proposta tramita na Assembleia Legislativa

desde agosto do ano passado, mas ganhou notoriedade neste ano, devido à pressão de moradores e empresários da região do Manso.

Autor do projeto, Elizeu comenta que o objetivo do programa é resgatar o equilíbrio ambiental, com a reinserção de espécies de peixes nativas da região, que se perderam nos últimos anos. A medida também é uma forma de controlar a população de piranhas no lago, pois elas têm atacado turistas, o que acaba afetando os empreendimentos da região.

O programa de repovoamento de peixes deverá ser desenvolvido pela concessionária de energia elétrica Furnas. A empresa poderá ser punida com multas caso não realize o programa de peixamento.

“Não poderíamos mais permitir que Furnas continuasse na omissão, como vem fazendo há 20 anos, e piranha vindo morder e arrancando pedaço dos dedos das pessoas. Isso está ocorrendo todo final de semana”, disse Elizeu Nascimento.

De acordo com o parlamentar, o substitutivo foi apresentado após reunião entre os membros da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia com a secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazaretti.

Elizeu explica que o substitutivo alterou apenas alguns parágrafos do texto em que especifica as espécies de peixes que deverão ser utilizados no peixamento, reforçando medidas que deverão ser adotadas pela concessio-

nária durante o processo, como a realização de parcerias para execução do programa.

BATE-BOCA - Na última sessão antes do Carnaval, em 23 de fevereiro, os deputados Elizeu Nascimento e Dilmar Dal Bosco (União) tiveram uma discussão acalorada nos corredores da Assembleia Legislativa devido a um pedido de vistas, que suspendeu a tramitação do projeto.

Elizeu e um grupo de moradores da região do Manso cercaram Dilmar no corredor para cobrar respostas quanto à posição do deputado. As discussões envolvem a possibilidade de impactos ambientais com a introdução dos peixes, que teria sido levantada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.



Elizeu Nascimento aponta que Furnas tinha obrigação de realizar o repovoamento e não o fez

'RISCO GRAVE'

Procuradoria tenta derrubar 'pacotão' de liminares que proíbem a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS em transações interestaduais

PGE teme prejuízo de R\$ 5,7 bi

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) entrou com um pedido de suspensão de cerca de 80 liminares que proíbem a cobrança do Diferencial de Alíquota, o Difal do ICMS, que pode causar prejuízos de R\$ 30 milhões/mês aos cofres estaduais. Além disso, a Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz) estima que o comércio local também pode sofrer prejuízos milionários.

A perda dos cofres públicos em 2022, segundo o documento, pode chegar a R\$ 366 milhões.

De acordo com as estimativas da Sefaz, a manutenção das liminares significa que os produtos comprados em outros estados ficariam mais competitivos em relação aos vendidos em Mato Grosso, acarretando em uma redução do faturamento do comércio de R\$ 5,7 bilhões. A ação seria julgada pela presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria Helena Póvoas, mas foi redistribuído para a desembargadora Serly Marcondes.

A petição é assinada pelo procurador-geral do Estado, Francisco de Assis da Silva Lopes, pelo subprocurador-geral Fiscal, Jenz Prochnow Júnior e pela procuradora Raquel Casonatto.

"As decisões judiciais proferidas nesses mandados de segurança causam grave prejuízo à economia pública do Estado de Mato Grosso, pois ocasionam grave redução no fluxo de cai-

xa estatal, sendo iminente o risco de privação deste ente de receitas indispensáveis a consecução do orçamento público", diz trecho da petição.

A polêmica do Difal, que começa a ganhar força no Judiciário brasileiro, inicia quando o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que para cobrar o Diferencial de Alíquota, deveria ser aprovada uma lei federal, o que ocorreu em dezembro do ano passado. Porém, ela só foi sancionada em 4 de janeiro deste ano, supostamente violando o princípio da anualidade.

O Difal é como uma divisão do valor do ICMS cobrado em operações interestaduais, isto é, uma parte do imposto fica no estado que deu origem a mercadoria e outra no estado onde o produto é consumido. Essa divisão já era estabelecida por alguns estados, porém os con-



Procurador-geral do Estado alega risco grave à economia estadual, com potencial de perda de até R\$ 5,7 bi

tribuintes perceberam que para fazer isso seria necessária uma lei complementar federal.

Diante do pleito dos empresários na Justiça, o STF determinou que fosse criada uma lei para

permitir a cobrança do Difal. Porém, como foi sancionada somente em 2022, houve uma cascata de ações para não fazer o recolhimento, já que a Constituição Federal estabelece que

o imposto não poderia ser cobrado no mesmo exercício financeiro da publicação da legislação.

A PGE, por outro lado, sustenta que essa periodicidade não precisa ser respeitada, pois até o dia 31 de dezembro o Difal era recolhido e, somente porque o presidente Jair Bolsonaro sancionou a medida 'atrasado', abriu-se uma brecha na legislação, permitindo um efeito multiplicativo. A PGE afirma que tribunais de outros estados estão revisando as decisões liminares.

A PGE teme que ocorra uma 'enxurrada' de ações, o que pode levar à graves prejuízos à administração pública. "Nesta toada, à medida que se multiplicam os processos, as decisões judiciais que impedem a cobrança do DIFAL privam o Estado de receitas imprescindíveis para a execução do orçamento", afirma.

CORRIDA PELO PAIAGUÁS

Emanuel Pinheiro tira férias para articular candidatura

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), se licencia do cargo no próximo dia 15 para articular sua pré-candidatura ao Governo do Estado. Pelo período de 14 dias, ele se reunirá com lideranças políticas e comunitárias, além de sindicatos e demais organizações, para apresentar seu nome em substituição ao senador Wellington Fagundes (PL), que confirmou não desejar concorrer a governador do Estado. Emanuel fez seu anúncio durante a live semanal, realizada na noite de terça-feira, 8 de março.

Emanuel explicou que está colocando seu nome à disposição após o senador Wellington Fagundes (PL) ser taxativo que não quer disputar o cargo de governador nas eleições deste ano.

Segundo o prefeito, seu grupo político voltou a se reunir na semana passada e definiu apoio irrestrito à candidatura de Wellington. Na última sexta-feira, 4 de março, uma nova reunião con-

tou com a participação do senador, que voltou a afirmar não querer o cargo.

Entre os dias 15 e 28 de março, o prefeito construirá sua candidatura, que deverá contar com Nilson Leitão, que já ocupou os cargos de vereador e prefeito de Sinop, deputado estadual e federal.

Enquanto fazia sua transmissão, Emanuel não poupou críticas ao governador Mauro Mendes (DEM), seu maior adversário político e provável candidato à reeleição. Em suas acusações, o prefeito afirmou que o governador não gosta e persegue os servidores públicos, negando direitos e promovendo desmontes.

"Um governo que humilha a classe política e humilha deputados estaduais, senadores, deputados federais, prefeitos e vereadores [...] Um governo que não dialoga com o setor produtivo, que arreventou com o setor comercial, que é pujante", disparou o prefeito, acusando ainda o Estado de promover



Emanuel diz que decisão de se candidatar ocorreu após Fagundes se recusar a disputar o governo

aumento na taxa de produção do setor produtivo.

Emanuel ainda acusou o governador Mauro Mendes de promover melhorias no Estado este ano apenas para fins elei-

tores, citando a distribuição do kit escolar.

Embora tenha dito que este ainda não é um anúncio de sua pré-candidatura, discursos anteriores apontam para

o contrário. Desde sua reeleição à Prefeitura de Cuiabá, no final de 2020, Emanuel tem soltado informações de sua pretensão em disputar o comando do Palácio Paiaguás.

Contudo, o prefeito sempre manteve o discurso ameno, dando pitadas de interesse, mas sempre pontuando precisar dialogar com sua família e base política. Esta é a primeira vez que Emanuel faz discurso público de forma acalorada com ataques diretos ao governador.

As negociações de Emanuel agora devem ser para garantir apoio político, tanto da sociedade civil organizada, quanto dos deputados estaduais, cuja maioria compõe a base do governador Mauro Mendes.

O apoio dos caciques da política ainda é um imbróglio. Na semana passada, além de Wellington Fagundes, estiveram reunidos com o prefeito seu filho, o deputado federal Emanuel Pinheiro Neto - o "Emanuelzinho", os irmãos Jayme e Júlio

Campos (União Brasil), além de Nilson Leitão e a vereadora por Cuiabá em exercício Maria Avalone (PSDB).

Os irmãos Campos estão na linha de frente do União Brasil, partido do governador Mauro Mendes. Entretanto, o senador Jayme Campos tem dado declarações de embates com seu correligionário nas últimas semanas. Seu irmão, por sua vez, já declarou interesse em deixar a nova sigla - fruto da fusão entre o DEM e o PSL - para disputar algum cargo nas eleições deste ano.

Embora não citado em nenhum momento, um outro nome surge nesta possibilidade. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Eduardo Botelho (União), compõe a base do governador Mauro Mendes e se declara amigo de Emanuel Pinheiro. Quando Jayme começou a criticar o secretariado de Mendes, Botelho endossou as críticas e anunciou que, se o senador deixar a legenda, parte junto com ele.

POLÍTICA & FAMÍLIA

Janaína deve deixar o MDB para caminhar com Fagundes



Janaína diz ter dificuldades para caminhar com partidos opostos a Wellington Fagundes

Da redação

A deputada estadual Janaína Riva deve deixar o MDB caso o partido decida oficializar o apoio à candidatura do deputado federal Neri Geller (PP) ao Senado, nas eleições deste ano. Janaína pediu ao governador Mauro Mendes (União) que se reúna com seu grupo político para definir com quem deve caminhar e tenta angariar apoio à reeleição do senador Wellington Fagundes (PL).

O MDB faz parte da base do governo e de-

fende que a sigla caminhe com as decisões do grupo. Entretanto, o presidente da sigla, Carlos Bezerra, vem dizendo à imprensa desde os últimos meses de 2021 que o partido deve caminhar junto com Neri Geller.

"Eu falei com o governador que, por exemplo, se ele optasse por uma composição com Wellington, o MDB estaria nesta mesma coligação. Diferente se optasse pelo Neri, por exemplo", comentou. "Expliquei para ele que, pessoal e profissional-

mente, eu não posso ficar em um partido ou em uma coligação oposta ao Wellington", emendou a deputada, que é nora de Fagundes.

Caso decida deixar o MDB, o destino de Janaína deve ser o PL de Fagundes. Para aproveitar o período de janela partidária, a deputada pediu para que o governador decida com seu grupo político até o dia 20 e lhe informe.

"Ele entendeu bem a situação e se comprometeu a tentar antecipar essa decisão com relação ao Senado, para que

traga mais conforto para todo o grupo, inclusive para o Neri e Wellington, para que tracem o caminho que eles querem. A gente pediu até o dia 20, não sei se até lá sai, mas ele se comprometeu conversando essa semana para tentar construir isso", comentou.

Janaína disse que se nenhuma decisão for tomada até sua 'data-limite', ela vai migrar ao PL. "Se não tiver decisão eu tenho que mudar, não posso ficar à mercê esperando porque tem um prazo até o dia 2 de abril", concluiu.

PREÇO NAS ALTURAS

Economista aponta que projeto aprovado pelo Congresso pode não ter efeito para reduzir o preço final do litro da gasolina e do diesel

PL muda ICMS dos combustíveis

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

A lei aprovada pelo Congresso Nacional para conter ou reduzir os preços dos combustíveis – que prevê um valor fixo de ICMS por litro em todo o país, a redução de impostos federais e a criação de um fundo de estabilização dos preços – pode não alcançar o seu objetivo. O alerta é do economista Vivaldo Lopes, que reafirma a necessidade de modificar a política de preços da Petrobras.

Apesar de os impostos comporem o preço final dos combustíveis, o fator preponderante é que a Petrobras reajusta seus valores de acordo com o preço internacional do barril do petróleo. Isso significa que mesmo com o custo de produção praticamente inalterado, a estatal reajusta os preços dos combustíveis porque houve aumento no preço do barril no mercado internacional,

seja por questões de demanda ou meramente especulativas.

Em conversa com a reportagem do Estadão Mato Grosso, Vivaldo lembra que o governo de Mato Grosso reduziu o ICMS dos combustíveis na tentativa de reduzir os preços a partir de 2022. A medida até causou um impacto positivo nos preços, mas o desconto logo foi suplantado por um novo aumento da Petrobras, realizado no dia 11 de janeiro.

“Essa premissa econômica que eles partiram é errada. Eu vejo na lei um paliativo mais eleitoreiro para dar uma satisfação à população, de que o Congresso e o Executivo estão fazendo algo para reduzir os preços. Eu vejo que não vai funcionar, a montanha vai parir um rato. Vamos mexer numa montanha toda e de lá vai sair um pequeno ratinho”, assevera.

Além de produzir poucos efeitos na redução de preços, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já afirmou que não vai utilizar o fundo de compensação para conter futuras altas nos preços dos combustíveis. Guedes avalia usar a medida apenas se o conflito entre a Rússia e



Preço da gasolina atingiu R\$ 6,99 em Cuiabá após reajuste da Petrobras; aumento acelerou tramitação de projetos no Congresso

Ucrânia se estender por muito tempo – algo superior a 60 dias.

Os próximos passos são as discussões que serão travadas no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Os estados têm até o final do ano para fixar o valor do imposto sobre a gasolina. Já na questão do diesel, por ter grande impacto, será calculado o valor médio dos últimos 60 dias para fixar o imposto, até se chegar em um

valor uniforme. Vivaldo, porém, acredita que a medida não vai surtir os efeitos esperados.

“Isso nunca deu certo em nenhum lugar do mundo. É uma intervenção estatal sobre um preço de mercado, que deve ser livre. É uma medida paliativa e que não vai produzir os efeitos que se espera, que é efetivamente reduzir e estabilizar preços de combustíveis no Brasil”.

CONTA ESTABILIZAÇÃO – Ao contrário

da alíquota unificada de ICMS, a conta de estabilização de preços ainda precisa passar pelo crivo dos deputados federais. O projeto de lei que determina a alteração do ICMS foi aprovado logo após a chegada na Câmara e deve ser enviado para sanção. Já o projeto que cria o fundo de estabilização está nas mãos do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL).

A expectativa é que esse projeto seja mais

debatido, pois não conta com a ‘simpatia’ da equipe econômica do governo e só está sendo discutido em razão de um acordo de Guedes com deputados e senadores. Os estudos do Ministério da Economia mostram que a junção dessas medidas poderia reduzir o preço do diesel em até 60 centavos, valor inferior ao mais recente reajuste da Petrobras, que elevou os preços em 81 centavos.

O mesmo projeto que cria a ‘Conta Estabilização’ também pretende criar um auxílio-combustível de R\$ 100 e R\$ 300 para algumas categorias de trabalhadores, como motoristas de aplicativos e entregadores. O custo estimado do novo auxílio é de R\$ 3 bilhões, que serão destinados aos beneficiários do ‘Auxílio Brasil’, antigo Bolsa Família.

Os dois projetos, o PLP 11 (que muda o ICMS), de autoria do deputado Emanuelzinho (PTB), e o PL 1472 (que cria o fundo de estabilização), de autoria do senador Rogério Carvalho (PT-SE), tiveram como relator o senador Jean Paul Prates (PT-RN). O relator na Câmara dos Deputados ainda não foi designado até a tarde de sexta-feira (11).

ICMS DOS COMBUSTÍVEIS

Imposto único pode ser pior para o consumidor

Gabriel Soares

A mudança na cobrança do ICMS sobre os combustíveis para o regime de alíquota única e fixa por litro pode resultar em perda de arrecadação para 20 Estados, segundo estudo elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), ao qual o *Estadão Mato Grosso* teve acesso. Em meio aos Estados prejudicados, Mato Grosso pode perder até R\$ 615 milhões com a mudança no sistema tributário. No apanhado geral, o prejuízo aos Estados soma R\$ 5,517 bilhões, o que resultaria tam-

bém em perda para os Municípios, que recebem parte do ICMS, na ordem de R\$ 1,379 bilhão.

A entidade alerta ainda que tal medida pode nem entrar em prática ou se tornar um ‘tiro pela culatra’, já que a nova alíquota precisaria ser aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), onde cada Estado tem um voto e o Ministério da Fazenda tem 7. Ou seja, dificilmente o Confaz aprovaria um valor de alíquota que cause perdas para 20 Estados.

A proposta de alíquota única e fixa foi

feita pelo governo federal e é defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), como uma solução que poderia ser neutra do ponto de vista arrecadatório. Segundo a CNM, a coisa não funciona dessa forma.

A entidade aponta que a ‘carga neutra’ de impostos para os consumidores resultaria em uma alíquota de R\$ 0,49 por litro de diesel, R\$ 1,19 por litro de gasolina e R\$ 0,48 por litro de etanol. Com isso, 20 estados e o Distrito Federal sofreriam perdas na arrecadação de impostos, ao passo que São Paulo e mais cinco

estados veriam a arrecadação aumentar.

“Como a definição da alíquota única, segundo o substitutivo, ocorreria por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que ocorre por maioria de dois terços, além de um terço de cada região, esse patamar de alíquota jamais seria aprovado”, diz trecho da nota técnica.

Conforme a entidade, a tendência é que o Confaz aprove uma alíquota que não cause perda de arrecadação para os Estados. Neste cenário, o imposto pago pelos consumidores seria de R\$ 0,60 por litro

de diesel, R\$ 1,40 por litro de gasolina e R\$ 0,68 por litro de etanol. Apesar de não causar prejuízos aos Estados, esse patamar de arrecadação resultaria em uma cobrança adicional de R\$ 17,572 bilhões em ICMS, pesando ainda mais no bolso dos consumidores. Neste cenário, Mato Grosso teria um ‘adicional’ de R\$ 21 milhões na arrecadação.

“Adicionalmente, fixar um valor fixo por litro evita o aumento do tributo em um eventual aumento do preço, porém também impede redução em eventual queda. Nessa última

hipótese, a composição do tributo no preço final vai aumentar”, pontua a entidade.

Com base nesses cálculos, a CNM conclui que a proposta de alíquota única é inviável e sugere que a alteração para beneficiar o consumidor seja feita por meio de corte nos impostos federais que incidem sobre os combustíveis, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CID) e o PIS/Cofins. Conforme a entidade, esses impostos federais têm impacto de até 89 centavos por litro no preço dos combustíveis.

‘TAXAÇÃO DO SOL’

Estado diz que já mandou Energisa suspender ICMS

Gabriel Soares

A Procuradoria-Geral do Estado informou na terça-feira, 8 de março, que já cumpriu a determinação judicial de suspensão da cobrança de imposto sobre a tarifa de utilização do sistema de distribuição (TUSD) dos usuários de energia solar. Em manifestação ao Tribunal de Justiça, a PGE afirma que cabe agora à concessionária Energisa tomar as medidas para suspender a cobrança.

A cobrança de ICMS sobre a TUSD foi suspensa em liminar suscitada pelo Órgão Especial

do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no dia 11 de fevereiro de 2022. O voto da desembargadora Maria Aparecido Ribeiro foi seguido por unanimidade, mas o caso ainda será analisado no mérito, após manifestação da Assembleia Legislativa e do governo do Estado.

Conforme os documentos anexados ao processo, a concessionária foi informada da decisão judicial no último dia 4 de março. O suposto descumprimento da decisão liminar foi denunciado pelo deputado Faissal Calil (PV), autor da Ação Direta de Inconstitucionalidade,

em manifestação protocolada no dia 23 de fevereiro. No dia 7 de março, o Tribunal de Justiça emitiu nova intimação ao Estado, dando cinco dias para manifestação.

“Conforme documentos que seguem anexos [...] comprova a ciência da notificação pela ENERGISA. Desse modo, pede-se que eventual aplicação de medidas assecuratórias do cumprimento da decisão se voltem para a mencionada concessionária de energia elétrica, a quem incumbe materialmente cumprir a decisão”, diz petição assinada pelo procura-

dor Pedro Salim Carone, protocolado na manhã desta terça, 8.

QUESTÕES LEGAIS – Ao conceder a liminar, a desembargadora Maria Aparecida apontou que os contribuintes que usam painéis solares no sistema de geração distribuída – no qual a energia é injetada na rede para ser ‘abatida’ posteriormente na fatura – não realizam a venda de qualquer produto. Eles apenas emprestam ao sistema energético a energia que produzem em excesso, sendo compensados posteriormente. Ou seja, não cabe cobrança de ICMS neste caso.

“[...] Embora haja circulação física da mercadoria quando a produção excedente (que não pode ser estocada) é injetada na rede da distribuidora local, nada indica que haja circulação jurídica propriamente dita. Isso porque a energia elétrica injetada não deixa o patrimônio jurídico do produtor/consumidor: ela é meramente emprestada, a título gratuito, à distribuidora, gerando um crédito que pode ser utilizado em até sessenta meses por meio do sistema de compensação previsto na Resolução ANEEL nº 482/2012”, diz a decisão.

Com esse entendimento, a desembargadora determinou a suspensão imediata da cobrança diante do risco de lesão aos consumidores mato-grossenses que geram a própria energia com painéis solares.

“Destarte, por todos os motivos acima alinhavados, entendo que estão presentes os pressupostos legais necessários à concessão da medida cautelar, pelo menos até que o mérito da ação direta de inconstitucionalidade seja submetido ao colegiado competente deste Sodalício”, concluiu.

NOVOS AUMENTOS

Preços da gasolina e do diesel em Cuiabá sofreram altas na última semana devido à valorização do petróleo no mercado internacional

Efeito da guerra chega às bombas

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá**Da redação**

Apesar do aumento de mais de 50% no preço do barril do petróleo nas últimas semanas, a Petrobras ainda não anunciou reajustes da gasolina e diesel, evitando uma explosão de preços nas bombas. O último aumento ocorreu no dia 11 de janeiro, quando o barril do petróleo estava em US\$ 80. Na última terça (8), o petróleo chegou a ser negociado a US\$ 130, porém despencou para US\$ 112 dólares ao meio-dia de quarta (9).

Mesmo sem aumentos por parte da Petrobras, os motoristas já veem os preços subirem nos postos de Cuiabá e Várzea Grande, saindo de R\$ 6,09 para R\$ 6,39 pelo litro da gasolina - alta de 4,9%. Isso tem ocorrido porque algumas distribuidoras es-

tão importando petróleo com preços mais altos e esse custo acaba sendo repassado para os postos e chegam ao bolso do consumidor.

“As distribuidoras estão importando produtos mais caros que o vendido aqui, então elas estão fazendo um mix de preços e isso está sendo repassado para os postos, mas isso aqui em Mato Grosso está bastante incipiente”, explica Nelson Soares Júnior, diretor-executivo do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Mato Grosso (Sindipetróleo).

A realidade de Mato Grosso é mais amena que na Bahia, por exemplo, onde fica a refinaria de Mataripe, que já foi da Petrobras e hoje pertence ao fundo de investimento Mubadala, de origem árabe. Os preços praticados pela empresa privada para venda da gasolina estão 27,4% mais caros que o da estatal. Já o diesel está 28,2% mais caro.

Em Mato Grosso, os principais impactos, foram sentidos nos preços do diesel, segundo Nelson. O diretor do Sindipetróleo ainda afirma que, mesmo com a cria-



Preços da gasolina já subiram mais de 30 centavos em apenas uma semana, como resultado da valorização do petróleo

ção de um subsídio, alguma hora esse reajuste precisará ser passado para as bombas. Entretanto, aponta como ponto positivo para os mato-grossenses a oferta maior de etanol e do gás natural veicular (GNV), comprado diretamente da Bolívia.

A instabilidade no mercado é tanta que o vice-primeiro-minis-

tro da Rússia, Alexander Novak, cravou que o preço do barril do petróleo chegaria a US\$ 300 caso os Estados Unidos e União Europeia parassem de comprar o petróleo russo. Cerca de 10% do combustível usado por empresas norte-a-

mericanas tem origem russa. Nessa terça (7), os EUA anunciaram a suspensão das compras, o que realmente causou uma disparada no preço do petróleo, mas o mercado logo arrefeceu.

“Isso é a guerra de informação. Você tem

duas guerras: uma física e uma outra que é subjetiva. O mundo não suporta barril de petróleo a 300 dólares, não é o Brasil que não suporta”, afirma Nelson Soares, que não acredita nessa previsão.

“Tudo indica que o preço do petróleo deve subir muito”

Da redação

O economista Vivaldo Lopes vê a declaração de Novak como um ‘sinal’ de que a Rússia poderia parar de vender petróleo para o mundo. Entretanto, essa medida seria inviável, pois prejudicaria sua já comalida economia, que é altamente dependente das exportações de combustíveis.

“Isso é um blefe, é mais uma ameaça do que uma realidade financeira”, diz Vivaldo, acrescentando que o petróleo deve encontrar uma máxima de US\$ 140 a US\$ 150.

Vivaldo destaca também que os Estados Unidos têm entrado em contato com vários pa-

íses nos últimos dias, solicitando que parem de comprar, na medida do possível, os produtos russos para penalizar economicamente a Rússia. Porém, a União Europeia é extremamente dependente do combustível russo e o fornecimento de energia é considerado uma questão de segurança nacional para vários países.

“É para sangrar o caixa da Rússia. Hoje, a Rússia não pode movimentar recursos, não pode transacionar, ela está vivendo das exportações que ela está podendo vender e receber”, explica.

Apesar de estar com a economia extremamen-

te prejudicada, a Rússia ainda vai ‘tirar uma carta’ econômica ‘da manga’ nas próximas horas. Na última terça-feira (8), o presidente russo Vladimir Putin assinou decreto para restringir as importações e exportações. “A Rússia deve anunciar algumas medidas, provavelmente vai suspender algum fornecimento, mas não é esse o fator principal que está destabilizando. Tirar o petróleo e gás da Rússia do mercado, tirar a Rússia do sistema internacional de pagamentos (Swift) afeta o mercado de forma global, então tudo indica que o petróleo deve aumentar muito”, afirma.

Governo busca medidas para conter alta dos combustíveis

Da redação

Diante do risco de agravamento da crise causada pelos aumentos sucessivos nos preços de combustíveis durante o ano passado, o governo federal vem se debruçando sobre alternativas para conter os efeitos da guerra da Ucrânia nas bombas brasileiras. Entretanto, esses reajustes parecem inevitáveis.

Segundo a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), os preços do diesel já apresentam defasagem superior a 50% em relação ao mercado internacional, ao passo que a gasolina acumula defasagem de 40%. Essa situação cria certo desestímulo no governo, que já

estuda até mesmo subsidiar os preços do petróleo, o que representa um gasto bilionário.

O economista Vivaldo Lopes afirma que não tem visto propostas concretas para arrefecer os impactos nos combustíveis. O único fator que tem segurado os preços é o fato de a Petrobras não estar repassando as altas do mercado internacional. Entretanto, a estatal precisará reajustar os preços em algum momento. Para Vivaldo, a solução mais viável para a questão seria a mudança da política de preços da Petrobras.

Atualmente, a política é a do Preço de Paridade Internacional (PPI) e a relação com o dólar. Portanto, as alterações internacionais de preços

impactam o Brasil, ainda que a empresa tenha o mesmo custo operacional para produção do petróleo. Essa mudança, porém, envolveria uma série de discussões que não têm espaço em ano eleitoral. Portanto, a maior possibilidade é que o governo chegue a uma solução paliativa e eleitoral.

“O que o governo sinaliza são medidas paliativas, uma hora tirar os tributos, mudar uma lei para reduzir ICMS, congelar impostos durante um ano ou dois, todas são medidas paliativas. Não vai adiantar nada se a Petrobras continuar com sua política de seguir os preços internacionais e a variação do dólar frente ao real”, conclui.

MUTIRÃO NACIONAL

Consumidor pode negociar dívidas

Agência Brasil

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em parceria com o Banco Central, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e os Procons de todo o país, promove o Mutirão Nacional de Negociação de Dívidas e Orientação Financeira, até 31 de março, em que consumidores poderão negociar suas dívidas com os bancos.

A iniciativa permitirá que pessoas físicas com dívidas atrasadas, em instituições financeiras, tenham a oportunidade de quitar seus débitos e, ainda, ter acesso a conteúdo sobre educação financeira.

Segundo a Febraban, o alvo da campanha são as pessoas físicas que não possuem bens dados em garantia; que estejam em atraso e em nome de uma pessoa

natural; e que as dívidas tenham sido contraídas de bancos ou financeiras.

“O mutirão nacional é uma ação conjunta que não apenas contribui para o reequilíbrio orçamentário das famílias, mas, principalmente, promove a educação financeira, que é fundamental para que o consumidor consiga evitar o endividamento de risco, tenha mais informações sobre produtos e serviços bancários e melhore sua saúde financeira”, disse, em nota, Isaac Sidney, presidente da Febraban.

Uma página do mutirão (mutirao.febraban.org.br) foi desenvolvida para preparação prévia da negociação, com o objetivo de promover orientação financeira ao consumidor até o envio de propostas de negociação na plataforma de

mediação de conflitos ConsumidorGovBr, sistema criado pela Senacon que conta com a adesão de mais de 160 instituições financeiras.

Na página do mutirão, o consumidor encontra também ferramentas que permitem, por exemplo, consultar suas dívidas, como o sistema do Banco Central (https://registrato.bcb.gov.br/registrato/login/) por meio do qual é possível acessar o Relatório de Empréstimos e Financiamentos (SCR).

Para aderir ao mutirão, o consumidor pode optar por negociar com a instituição credora dentro da plataforma ConsumidorGovBr (consumidor.gov.br), ou diretamente com os canais digitais de negociação dos bancos. O banco tem o prazo de dez dias para analisar o pedido e apresentar uma proposta.

Espelhos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!
(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidros.com.br

A NOVELA DA ROTA

Inconformados com a falta de duplicação e manutenção da rodovia, gestores do Nortão querem 'tomar as rédeas' e tocar as obras por conta própria

Prefeitos querem assumir a BR-163

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A indefinição com o futuro da concessão da BR-163 e a frustração com a falta de investimentos por parte da concessionária Rota do Oeste motivaram os prefeitos da Região Norte de Mato Grosso a querer assumir a concessão. Na quarta-feira (9), os gestores se reuniram para debater e apresentar uma proposta ao governador Mauro Mendes (União Brasil) e, posteriormente, ao governo federal, prevendo a transferência da responsabilidade da manutenção e duplicação da rodovia.

O objetivo é apresentar o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental (Cidesa) do Vale do Teles Pires, que é composto por 13 municípios, como uma entidade que poderia assumir a responsabilidade pela BR-163. Também é

cogitado acionar a Justiça para destinar os recursos provenientes da cobrança de pedágio para o consórcio realizar a manutenção.

De acordo com o prefeito de Sinop, Roberto Dörner (Republicanos), a principal decepção dos gestores é a alta letalidade da rodovia, que tem sido palco de acidentes no trecho entre as cidades de Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, onde não há duplicação e o trânsito de carretas é intenso. Esse trecho chegou a ser chamado de 'corredor da morte'. Os gestores também afirmam que o prejuízo na saúde é significativo.

"Queremos que esse dinheiro venha para nós começarmos a fazer um trabalho, para que possamos ajudar as nossas cidades, que estão cortadas ao meio, causando muitas mortes, muitos prejuízos na saúde. Nós estamos nos movimentando para chamar a atenção do governo federal, para que ele tome uma decisão nesse assunto", disse Dörner.

O prefeito de Nova Mutum, Leandro Felix (União Brasil), é taxativo na hora de expressar o sentimento de revolta dos gestores da região.

"A situação é precária. Pela movimentação de veículos, virou um 'corredor da morte'. Todo dia tem acidente, tem pessoas morrendo. A movimentação aumentou muito e não avançou em nada a questão da rodovia, estamos pagando pedágio e ninguém está satisfeito. Isso é notório e natural", disse o prefeito, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.

Leandro ainda explica que os moradores focam suas cobranças nos gestores municipais, quando a responsabilidade é exclusivamente do governo federal, já que os prefeitos não possuem gerência sobre o tema. Leandro destaca que a estrutura da rodovia é da década de 1970, mas a produção de grãos na região aumentou muito, o que coloca mais veículos de carga para circular pela rodovia.

"Não condiz com a nossa realidade. A Rota do Oeste está com a concessão, mas não cumpriu com o que está no contrato. Agora cabe ao governo federal, que já está nessa fase de tomar uma decisão para romper com isso o mais rápido possível e fazer a licitação desse trecho", explica. Porém, Leandro



Prefeitos apontam que trecho não duplicado da BR-163 se transformou em 'corredor da morte' e querem assumir a concessão

é mais cauteloso ao falar de o Cidesa assumir a duplicação.

A Rota do Oeste protocolou, em dezembro do ano passado, um pedido de devolução amigável da concessão. Agora, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) está com o caminho livre para iniciar o processo de uma nova licitação, da qual o Cidesa avalia participar.

"Para fazer a concessão para o Consórcio é só através de uma concorrência pública. Não quer dizer que o consórcio (Cidesa) terá a melhor proposta", afirma o prefeito de Nova Mutum.

Apesar do desejo dos prefeitos em acelerar a devolução, a expectativa é que o processo leve até 24 meses para ser concluído. Enquanto

isso, a concessionária deve continuar operando na rodovia e cobrando pedágio, em troca da realização da manutenção na via, além de fazer alguns investimentos em alguns trechos urbanos. Além disso, a concessionária mantém uma estrutura de atendimento aos usuários da BR-163, com ambulâncias e guinchos.

CARESTIA

Inflação atinge 10,54%, puxada pelos alimentos



Cenoura e batata foram os itens de alimentação que ficaram mais caros em janeiro

Vitor Abdala/ABR

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou alta de preços de 1,01% em fevereiro deste ano. A taxa é superior às observadas em janeiro deste ano (0,54%) e em fevereiro do ano passado (0,86%). Essa é a maior taxa para um mês de fevereiro desde 2015 (1,25%).

Dados foram divulgados nesta sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA acumula taxa de inflação de 1,56% nos dois primeiros meses do ano.

Em 12 meses, o IPCA acumulado chega a 10,54%.

Em fevereiro, os principais responsáveis pela alta de preços foram educação (5,61%) e alimentação e bebidas (1,28%). No caso da educação, o que pesou foi o fato que os reajustes praticados no início do ano letivo, nos cursos regulares, são incorporados ao IPCA em fevereiro.

"Foi observada uma alta de 6,67% nos cursos regulares, que incluem os cursos de ensino infantil, médio e superior, por exemplo", explicou o coordenador da pesquisa, Pedro Kislanov.

Os reajustes médios foram de 8,06% para o ensino fundamental, de

7,67% para pré-escola, de 7,53% para o ensino médio, de 5,82% para ensino superior e de 2,79% para pós-graduação.

Já no grupo alimentação, a alta de preços foi puxada por produtos como batata-inglesa (23,49%) e cenoura (55,41%). A alta de preços dos alimentos em fevereiro foi ainda mais intensa do que em janeiro (1,11%).

Os demais grupos de despesas apresentaram as seguintes taxas de inflação: habitação (0,54%), artigos de residência (1,76%), vestuário (0,88%), saúde e cuidados pessoais (0,47%), despesas pessoais (0,64%) e comunicação (0,29%).

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS,
EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...



PUBLICAR
PUBLICAÇÕES, É AQUI